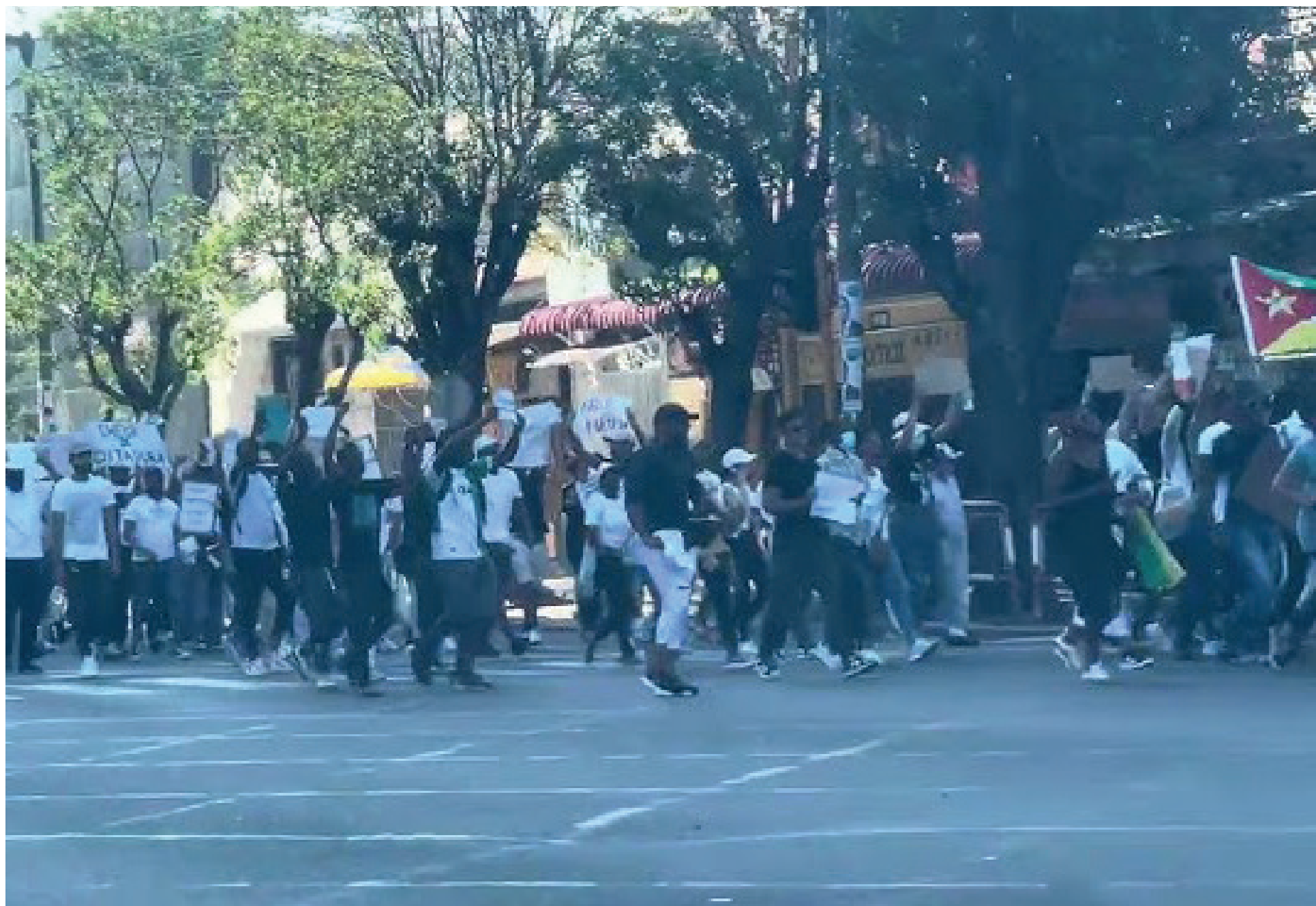


Entre sacrifícios e apertos de cinto, Moçambicanos continuam na luta pela reposição da justiça eleitoral

- Moçambique vive, desde o dia 21 de outubro, momentos de tensão e instabilidade, em resultado das manifestações populares que contestam os resultados das eleições de 9 de outubro, consideradas as mais fraudulentas desde as eleições instaladoras da democracia em 1994. Apesar dos graves impactos económicos e sociais, as manifestações estão a ter uma adesão massiva, sobretudo dos jovens das principais cidades do país, com destaque para Maputo, a capital. Não há memória de um fenómeno igual na história recente. A mensagem que tem prevalecido é clara: “É preferível suportar sete dias de protestos a viver mais cinco anos sob o governo da Frelimo”.



Mais do que a reposição da sua vontade expressa nas urnas, a população exige uma resposta à crescente degradação das condições sociais e económicas no país. As manifestações que, a partir da próxima semana, entrarão na sua quarta fase, foram convocadas pelo candidato presidencial Venâncio Mondlane que reclama vitória, rejeitando os resultados divulgados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) que dão vitória ao partido Frelimo e ao seu candidato Daniel Chapo.

Volvidos dez dias de protestos e paralisação do país, a situação parece não ter solução à vista. Sem nenhuma resposta clara para actual

crise sociopolítica que o país vive, o governo faz ouvidos de mercador às exigências do povo e continua a apostar em táticas autoritárias e repressivas, mandando a polícia disparar contra o povo.

No lugar de colocar o fim ao actual contexto de crise sociopolítica, além da repressão violenta às manifestações, o governo tem aparecido esporadicamente com apelos à calma. Nestes apelos à calma, o governo enfatiza as dificuldades que as famílias mais vulneráveis enfrentam para a geração de meios de subsistência durante contextos de crise.¹ Actualmente, em Moçambique, mais de 60% da população vive em situação de extrema pobreza.

Da paralisação das actividades económicas à perda de receitas pelo Estado

Até ao momento, o país atravessou dez dias de protestos, acompanhados por igual período de interrupção das suas actividades produtivas. A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) estima que o país tenha perdido 1,4 mil milhões de meticais (mais de 22 milhões de dólares) devido à paralisação gerada pelos protestos de 21 de outubro.² Isso significa que, nos 10 dias de paralisação, e assumindo a estimativa avançada pelo sector privado, o país pode ter perdido mais de 220 milhões de dólares, o que demonstra o impacto negativo que os protestos estão a ter sobre a economia do país.

Embora os números sobre as potenciais perdas com a paralisação económica tenham sido anunciados pelo sector privado formal, os operadores informais é que estão a pagar a verdadeira e desproporcional factura dos protestos. Mais de 80% da população economicamente activa moçambicana está inserida no sector informal, mormente nos sectores de serviços e transporte, essenciais para o funcionamento da economia.

O sector é predominantemente feito de famílias que dependem das suas actividades diárias para gerar meios de subsistência. E, para contornar os desafios emergentes da actual crise no país, estes operadores informais têm procurado alternativas para continuar a gerar o mínimo mesmo no contexto de paralisação. Um dos exemplos têm sido a afluência em massa aos mercados logo às primeiras horas do dia e o encerramento antes do

meio-dia, quando as marchas iniciam.

Não obstante o desempenho fiscal positivo até ao terceiro trimestre de 2024, a prevalecerem, os protestos terão um impacto sem precedentes sobre a arrecadação de receitas pelo Estado, comprometendo o cumprimento das metas fiscais e a execução orçamental para o quarto trimestre e, conseqüentemente, para o presente ano. Não só porque elas vêm acompanhadas de orientações para a desobediência fiscal pelos agentes económicos como parte das estratégias de reivindicação pela reposição da justiça eleitoral, mas também pelos efeitos directos da paralisação da actividade produtiva. Apesar dos repetidos apelos do Governo, muitas empresas têm fechado as portas, e aquelas que ousam abrir enfrentam dificuldades para operar devido à falta de trabalhadores.

Até o terceiro trimestre, o país registou uma arrecadação de receita fiscal considerável na ordem de 262,4 mil milhões de meticais, alcançando 68,4% da sua meta anual (fixada em 383,5 mil milhões de meticais). Desempenho impulsionado, principalmente, pelo aumento da arrecadação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) que foi uma das principais fontes, com a arrecadação líquida de 58,3 mil milhões de meticais, dos quais a maior parte veio das operações internas e das importações.

As recentes manifestações estão a afectar directamente a actividade produtiva no país e podem ter efeitos devastadores sobre a arrecadação de impostos no quarto trimestre.

A redução da produção leva a uma diminuição do consumo interno, uma vez que a população tem menos rendimento disponível e, além disso, crescem-se as dificuldades nas importações que agravam a situação³.

Uma das principais fontes de receita a serem afectadas é o IVA, que depende tanto do consumo interno quanto das transacções de importação, prejudicando, assim, as receitas fiscais para o financiamento de despesas sociais essenciais e o cumprimento dos compromissos financeiros do Estado, como o serviço das dívidas externa e interna. Isto ocorre num contexto já fragilizado pela elevada dependência pelo endividamento, o que torna os riscos fiscais ainda maiores.

Outrossim, muitos dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Governo vêm de parceiros internacionais, cujo desembolso também depende do cumprimento de metas fiscais previamente acordadas, criando, assim, um cenário de sufoco fiscal para o país.

O apoio de organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Global, tem sido essencial para o financiamento de programas sociais e de infraestruturas. No entanto, a redução das receitas fiscais pode comprometer não apenas o cumprimento das obrigações com os credores externos, mas também a capacidade do Governo de atender às suas responsabilidades básicas, como garantir acesso à educação, saúde e outros direitos fundamentais que depende das receitas internas.

¹ Rádio Moçambique. (2024, 4 de novembro). Governo alerta para o colapso da economia, caso as manifestações continuem. Recuperado de <https://www.rm.co.mz/governo-alerta-para-o-colapso-da-economia-caso-as-manifestacoes-continuem/>

² Agência de Informação de Moçambique. (2024, 23 de outubro). Manifestações causaram um prejuízo na ordem de 22 milhões de dólares. AIM News. <https://aimnews.org/2024/10/23/manifstacoes-causaram-um-prejuizo-na-ordem-de-22-milhoes-de-dolares/>

³ Recentemente, em declaração à imprensa, o Presidente do Mukhero (Associação de Pequenos Importadores Informais de Moçambique), Sudekar Novela, alertou que o país pode enfrentar escassez de alguns produtos de primeira necessidade durante a quadra festiva, caso as manifestações convocadas pelo candidato presidencial Venâncio Mondlane se prolonguem por mais dias. Um aviso semelhante foi dado pelo Primeiro-Ministro no dia 5 de novembro, quando afirmou que o país poderá enfrentar uma crise alimentar caso as manifestações persistam no futuro próximo

Países da região já se ressentem dos efeitos dos protestos

O sector de logística foi, sem dúvida, um dos mais afectados pelas manifestações em Moçambique, com consequências que ultrapassaram as fronteiras do país e afectaram directamente alguns países da região da África Austral. A imposição de uma proibição generalizada à circulação de pessoas e mercadorias durante os protestos resultou numa paralisação nas principais vias comerciais, essenciais para o comércio transfronteiriço.

Os manifestantes chegaram a incendiar veículos de transporte que insistiam em transitar pelas estradas, exacerbando a interrupção do fluxo de mercadorias⁴. Este cenário não apenas afectou o tráfego interno em Moçambique, mas também o movimento de cargas entre Moçambique e os seus países vizinhos, como a África do Sul e o Zimbábue, que dependem fortemente das infraestruturas logísticas moçambicanas para o escoamento dos seus produtos.

A interrupção nas operações portuárias e nos postos fronteiriços causou danos económicos, comprometendo as cadeias de fornecimento regionais e afectando negativamente a competitividade e a estabilidade económica da cadeia de fornecimentos de produtos de parte da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O bloqueio da principal rota de transporte, a fronteira de Ressano Garcia, que liga Moçam-

bique à África do Sul, prejudicou o comércio não só entre esses dois países, mas também a movimentação de mercadorias para outras nações da região. A paragem das operações nos portos e a escassez de produtos, juntamente com o aumento do custo de transporte, são alguns dos efeitos colaterais primários que reverberarão pela economia regional a curto prazo se o cenário permanecer.

Desde o início das manifestações, a situação foi-se agravando, especialmente após o dia 31 de outubro, quando os protestos pacíficos evoluíram para confrontos violentos, resultando no bloqueio de vias essenciais para o transporte de mercadorias, com especial ênfase na fronteira de Ressano Garcia, no dia 06 de novembro. Esta é a maior fronteira terrestre do país e uma das mais importantes da África Austral, responsável por um volume considerável de trocas comerciais.

Além das perdas fiscais imediatas, as empresas que dependem do comércio transfronteiriço enfrentaram prejuízos consideráveis devido a danos em veículos, saques de mercadorias e destruição de infraestruturas, com a logística de carga a sofrer uma perda diária estimada em 6 milhões de rands, conforme apontado pela *Road Freight Association* da África do Sul.

Essa interrupção teve um impacto directo não só sobre Moçambique, mas também so-

bre a África do Sul, maior exportadora mundial de cromo, que viu as suas operações portuárias no Porto de Maputo suspensas. A interrupção das operações no porto e o bloqueio das estradas afectaram directamente o envio de aproximadamente 9,4 milhões de toneladas de cromo, o que poderá prejudicar as receitas de exportação e a posição competitiva da África do Sul no mercado global de metais, principalmente tendo em conta o quanto este mercado é volátil.

A possível crise tem sido uma preocupação para a comunidade internacional. A SADC foi chamada a intervir de forma a restaurar a ordem. O momento é particularmente delicado, uma vez que os protestos ocorrem num contexto de já elevada pressão sobre as cadeias de suprimento internacionais e a logística regional. A interrupção das operações comerciais e os danos ao comércio transfronteiriço podem prolongar a instabilidade na região, afectando ainda mais os países que dependem do Corredor de Maputo para a exportação de produtos e minerais, como é o caso da África do Sul, que já enfrenta dificuldades adicionais para escoar o seu cromo⁵.

Se a situação não for controlada e os bloqueios continuarem por semanas, em vez de dias, as consequências económicas poderão ser ainda mais gritantes, não só para Moçambique e África do Sul, mas para toda a região da SADC.

Restrições na circulação transfronteiriça de pessoas e bens resultam em enormes perdas de receita

Segundo a Autoridade Tributária de Moçambique, a fronteira de Ressano Garcia arrecadava, em média, 1,5 mil milhões de meticais por dia. Contudo, com os bloqueios e a consequente paralisação das actividades, o país perdeu cerca de 4,5 mil milhões de meticais (aproximadamente 70,4 milhões de dólares) apenas durante os três dias de interrupção⁶.

Além disso, os bloqueios e a suspensão das operações portuárias geraram efeitos em cadeia, impactando toda a região da SADC. Em casos de persistências das manifestações, o comércio interrompido e as cadeias de abastecimento fragilizadas têm o potencial de desacelerar o crescimento económico e aumentar os riscos de recessão, não só para Moçambique, mas também para outros países vizinhos, como

o Zimbábue, que depende das infraestruturas de transporte de Moçambique para as suas exportações. Empresas de logística, como a Grindrod, que operam nos terminais de Maputo, também registaram quedas nos preços das suas acções, devido à incerteza causada pela instabilidade política e pelos bloqueios nas fronteiras.

O encerramento das fronteiras e a consequente queda nas receitas tributárias podem dificultar o cumprimento das metas fiscais e o financiamento de projectos essenciais nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. O risco de uma crise fiscal é real, especialmente considerando que a economia de Moçambique é extremamente dependente dos países da região.

Efeitos dos protestos chegam ao sistema financeiro moçambicano

Falando recentemente à imprensa no âmbito da abertura do Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, o Governador Rogério Zandamela, num discurso meramente político, minimizou o impacto da paralisação das actividades no país. Segundo explicou, trata-se de

um risco doméstico já previsto pelo Banco Central, de tal forma que as perspectivas económicas se mantêm positivas.⁷

O discurso de Zandamela visa, na verdade, tapar o sol com a peneira. É que, ainda que o risco de conflitos pós-eleitorais tivesse sido to-

⁴ <https://www.voaportugues.com/a/manifesta%C3%A7%C3%B5es-for%C3%A7am-%C3%A1frica-do-sul-a-encerrar-principal-fronteira-com-mo%C3%A7ambique/7852869.html>

⁵ <https://aimnews.org/2024/10/28/manifestacoes-causam-prejuizo-de-cerca-de-45-mil-milhoes-de-meticais-na-fronteira-de-ressano-garcia/>

⁶ <https://www.moneyweb.co.za/news/south-africa/lebombo-border-closure-has-so-far-cost-sa-companies-r5bn-rfa/>

⁷ <https://opais.co.mz/zandamela-diz-que-perspectivas-economicas-sao-positivas/>

mado em conta num dos seus cenários mais pessimistas sobre a situação sociopolítica do país, só com habilidades de clarividência os tecnocratas do Banco Central preveriam manifestações à escala e importância das anunciadas por Venâncio Mondlane.

É preciso recordar que o sistema financeiro reflecte, fundamentalmente, o dia-a-dia das actividades exercidas pelos agentes económicos. O agravamento dos riscos inflacionários com a disrupção das cadeias de valor, o aumento de créditos malparados à medida que os empresários veem as suas actividades comprometidas, a fuga de capitais e a redução da entrada de divisas (quer sob a forma de receitas de exportação quer de Investimento Directo Estrangeiro) são alguns dos

desafios com os quais o regulador do sistema financeiro deverá debater-se caso a paralisação seja prolongada pelos 25 dias de manifestações anunciadas.

Em todo o caso, tendo ou não sido previsto, o facto é que o contexto de crise sociopolítica que se vive em Moçambique, a manter-se, deverá implicar uma política monetária mais restrita por parte do Banco de Moçambique. Os próprios agentes do sector não descartam uma pausa nos cortes da taxa de juro de referência que o Banco vem implementando desde o início do presente ano.⁸ Reduções estas que, diga-se de passagem, vem sendo completamente ignoradas pelos bancos comerciais que mantém elevadas taxas de empréstimo e os seus spreads bancários, reprimindo

o crédito ao consumo e ao investimento produtivo.

Outrossim, é preciso destacar que, à semelhança da postura que o governo de Nyusi tem adoptado ante as manifestações nas ruas, o Banco central parece ter encontrado na repressão a solução para os desafios emergentes da crise que o país atravessa. Apesar de não ter circulado, de forma tempestiva, nenhum comunicado, nem na sua página WEB nem nas suas redes sociais, chegam-nos informações dos bancos comerciais que o regulador estabeleceu novos limites para transacções no exterior, acompanhado de processo de automatização de bloqueio de transacções acima do limite autorizado.⁹

Mais uma vez, Moçambique com publicidade negativa nos mercados internacionais

A nível internacional, Moçambique volta a ser notícia pelos maus motivos, com sérias implicações na sua economia. Depois do mediatizado escândalo das dívidas ocultas, seguido da situação de extremismo violento no Norte, o país é agora retratado como um exemplo de democracia falhada.

As imagens do caos e repressão violenta das forças de defesa e segurança contra as manifestações estão em todos os principais canais da mídia internacional e são alvo de todo o tipo de análises. Enquanto isso, a nível nacional, no lugar de resolver o problema, o governo de Nyusi continua a privilegiar o uso de táticas autoritárias e repressivas para a contenção de danos, incluindo cortes de internet¹⁰ e a expulsão de jornalistas de órgãos estrangeiros do país¹¹ para evitar a veiculação das atrocidades que a polícia tem perpetrado contra moçambicanos indefesos.

O facto é que o país ocupou várias manchetes a nível internacional e a factura vai-se agravando à medida que o caos aumenta. Entre os custos estão a diminuição da atractividade

para investidores e empresas, resultando na saída de capitais, perda de reservas externas e, em países vulneráveis como Moçambique, uma crise na Balança de Pagamentos e um desempenho económico mais fraco.

Segundo a consultora Capital Economics, os investidores internacionais reagiram mal à instabilidade política que se vive no país, com os juros da dívida a subirem desde meados de Outubro.¹² Dado que o risco político constitui um factor crucial na avaliação da capacidade de um país honrar suas obrigações financeiras, a prevalecer a actual situação dos protestos é expectável um rebaixamento da classificação de crédito do país.

Em finais de outubro, a agência de classificação financeira Standard & Poor's (S&P) rebaixou a classificação de crédito em moeda local de Moçambique em um nível, para CCC¹³, indicando receio de inadimplência nos pagamentos – uma alta probabilidade de o país deixar de pagar a sua dívida interna em moeda local.¹⁴ A classificação da dívida externa, por seu turno, foi mantida em

CCC+¹⁵.

Desde que foi retirado da posição de incumprimento financeiro (“default”) em Novembro de 2019¹⁶, Moçambique, vem assistindo a uma melhoria progressiva da sua qualidade de crédito, recuperando a confiança dos investidores nos mercados internacionais e até abrindo a porta a um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Hoje, com a actual crise, estes ganhos estão ameaçados.

Apesar dos graves impactos económicos e sociais, as manifestações têm tido um forte apoio popular, com muitos moçambicanos dispostos a sacrificar-se agora por um futuro melhor. A mensagem que tem prevalecido é clara: “É preferível suportar cinco dias de protestos do que viver cinco anos sob este governo”. A população exige que a verdade eleitoral seja reposta para que o país recupere a estabilidade política e económica. A situação, de facto, exige uma solução urgente e pacífica, para evitar um colapso maior da economia.

⁸ Desde janeiro até agora, a taxa de juro de referência MIMO foi reduzida em um total de 375 pontos-base (3,75%), alcançando o nível actual de 13,5%. Leia mais: <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/18037-tensao-pos-eleitoral-banco-central-pode-suspender-corte-da-taxa-de-juro-fausio-mussa>

⁹ As principais incluem: a redução do limite trimestral de 750.000 MZN para 250.000 MZN mensais por cliente e ajustes temporários nos limites diários de compras com cartões pré-pagos (de 250.000 MZN para 20.000 MZN).

¹⁰ Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD). (2020, julho). Moçambique em Modo Offline: Bloqueio de Internet para Controlar e Reprimir Movimentos Populares. CDD. <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Mocambique-em-Modo-Offline-Bloqueio-de-Internet-para-Controlar-e-Reprimir-Movimentos-Populares.pdf>

¹¹ Tawanda, P. (2024, 7 de novembro). Manifestações em Moçambique: Regime da Frelimo expulsa “dois jornalistas portugueses” do País. Integrity Magazine. <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/34257>

¹² <https://www.capitaleconomics.com/publications/africa-economics-update/mozambiques-instability-heightens-default-risks>

¹³ Esta é quarta classificação da S&P indicando que o país é considerado vulnerável e precisa de um ambiente económico favorável para cumprir suas obrigações financeiras. Uma classificação CCC é considerada como grau especulativo, e é frequentemente atribuída a devedores que possuem um elevado nível de dívida ou que estão enfrentando dificuldades financeiras.

¹⁴ Lusa. (2024, 21 de outubro). S&P rebaixa classificação de crédito de longo prazo em moeda local de Moçambique. Club of Mozambique. <https://clubofmozambique.com/news/sp-downgrades-mozambiques-local-currency-long-term-credit-rating-269218/>

¹⁵ Uma classificação CCC+ da S&P Global Ratings indica um alto grau de risco de crédito, mas um risco de inadimplência ligeiramente menor do que uma classificação CCC.

¹⁶ Esta posição foi atribuída na sequência do maior escândalo de corrupção no sector público em Moçambique: as dívidas ocultas. Leia mais: Lusa. (2019, 24 de novembro). S&P retira Moçambique de incumprimento financeiro. Deutsche Welle. <https://www.dw.com/pt-002/standard-poors-retira-mo%C3%A7ambique-da-categoria-de-incumprimento-financeiro/a-51393133>




Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: Gabriel Manguela e Salvado Raisse
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

